

Nas encruzilhadas da "Parceria/Partenariado", um caminhar para o desenvolvimento sustentável, O caso de Vendas Novas”¹

José Figueira

Sociólogo, membro do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” da Universidade de Évora (CISA-AS/UE)

E mail: jmaria.figueira@sapo.pt

Marcos Olímpio Gomes dos Santos

Sociólogo, membro do (CISA-AS/UE)

E mail: mosantos@uevora.pt

Resumo: Através deste texto procuramos transmitir a experiência de práticas de "parcerias/partenariados" que contribuem para a sustentabilidade do desenvolvimento local. Enquadrada por uma abordagem teórico-conceptual em torno dos modelos de desenvolvimento que marcaram as últimas décadas, onde se releva a importância dos modelos de base territorialista, vamos apresentar, no quadro de uma breve análise sócio-económica do concelho de Vendas Novas, o papel cada vez mais importante que podem assumir as "actuações concertadas" entre os sectores público, privado e solidário. Desse modo destaca-se a emergência de "parcerias" com finalidades, objectivos e modelos organizativos diferenciados que procuram responder aos problemas daquele território. A abordagem realizada confronta as teses que justificam o surgimento dos paradigmas do planeamento participativo e dos modelos territorialistas de desenvolvimento com as opiniões dos actores que, estando no "terreno", interpretam as "actuações concertadas" como fenómenos relacionados com o "envolvimento da sociedade civil" fora dos limites tradicionais da "governança local", (o que significa para alguns que o "caminho pode estar armadilhado" na medida em que se pode estar perante uma "fragmentação excessiva do território"). Consequentemente foi possível construir um "modelo de parceria" que marcado por alguma dose de voluntarismo pode assegurar um caminhar para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Desenvolvimento local; Desenvolvimento sustentável; Planeamento; Parcerias.

¹ O presente artigo está baseado na tese de mestrado em Sociologia, com o mesmo título apresentada pelo 1º co-autor na Universidade de Évora em Junho de 2003.

Introdução

Nas últimas décadas, o interesse da investigação em torno das práticas de participação e da construção de "parcerias" entre os sectores público, privado e, solidário, em torno dos processos de desenvolvimento local, tem assumido uma importância significativa.

Com efeito, as "parcerias" visam assegurar não só a co-responsabilização por parte de diferentes "actores" como, a acontecerem, podem ser "instrumentos" mobilizadores de vontades para se encetarem actuações que tenham por finalidade o desenvolvimento económico e o bem estar social das populações.

Num processo acelerado de globalização das nossas sociedades, qualquer projecto que vise o desenvolvimento local está fortemente condicionado pelo ambiente e meio envolvente ao próprio território, podendo o desenvolvimento de acções em "parceria" tornar-se determinante, já que para alguns autores como Florentino Palácios (1999) se trata "*... de uma filosofia de trabalho baseada numa atitude cooperativa por parte de todos os «associados»...*", que, "*...evita a duplicação de esforços...*".

Sem pretendermos antecipar o que mais à frente iremos aduzir, quanto á importância do papel que as "parcerias" podem assumir nos processos de desenvolvimento dos territórios, principalmente daqueles que se encontram mais atingidos por problemas de recursos humanos, técnicos e financeiros, diremos que a confirmação do enunciado precedente, quanto à importância das "parcerias" nos processos de desenvolvimento, pode ser encontrada no relatório do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas (PEDVN), quando aí é referido que "*...a implementação concreta de uma estratégia de desenvolvimento local, carece de um ajustado processo de mobilização institucional e social para o desenvolvimento, pelo que o diálogo e o estabelecimento de acções concretas, desenvolvidas numa base interinstitucional, constituirá um forte contributo para a respectiva prossecução...*".

E mais à frente o referido texto destaca que "*...a mobilização institucional, através do estabelecimento, a várias dimensões, de parcerias, procura reforçar a articulação interna da economia e sociedade local, bem como assegurar um melhor posicionamento institucional do concelho no espaço regional e nacional....*".

Ou seja, nos processos de desenvolvimento local de carácter estratégico e prospectivo, há não só que optar por uma abordagem meramente "localista" como também "*...implementar uma prática consequente de um relacionamento institucional entre*

agentes locais, em matérias de interesse comum, e estabelecer parcerias com diversos agentes regionais e nacionais..." (OA, 2001:57-58).

A afirmação precedente procura não só fundamentar a importância do trabalho em "parceria" como no caso sobre o qual nos iremos debruçar, relevar também as experiências e práticas de "parcerias" que têm vindo a ocorrer nos últimos 10 anos no Concelho de Vendas Novas, o que nos ajuda a justificar o objecto da nossa investigação que consistiu em conhecer qual "a importância, o papel e o contributo que os processos de parceria e partenariado, entre a Câmara Municipal e entidades privadas e, sem fins lucrativos, podem assumir para assegurar o desenvolvimento integrado e sustentável de Vendas Novas".

Deste modo se justifica o tema, cuja pergunta de partida principal tinha como consequência por finalidade, verificar qual o alcance e limitações das práticas de "parceria/partenariado", entre entidades públicas, privadas e as sem fins lucrativos, para o desenvolvimento sustentável dos territórios?.

Em termos metodológicos importa referir que o estudo foi de carácter exploratório, na medida em que só este, tal como refere Tony Tripodi (1975), "...poderá assentar numa investigação de carácter empírico e qualitativo...que tem como finalidade a formulação de um problema ou questões, desenvolvendo hipóteses ou aumentando a familiaridade de um investigador com um fenómeno ou ambiente para uma pesquisa futura..." ou tal como refere António Gil (1991), "as pesquisas exploratórias", justificam-se quando "...o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis...", o que é o caso.

Quanto à abordagem qualitativa, importa dizer que, tal como refere Robert Burgess (2001), não só assegurou a utilização de uma série de estratégias de molde a esclarecer dadas situações...", como nos possibilitou observar o "modo como o mundo social é estruturado pelos participantes". (Burgess, 2001).

O universo da nossa observação foi constituído por representantes das entidades e organismos presentes nas diferentes "parcerias", tendo a amostra, não probabilística intencional ou de julgamento, recaído sobre oito respondentes que foram considerados "informantes-chave" representativos de "grupos" e/ou sensibilidades representativas no seio das diferentes "parcerias". Procurámos que os informantes fossem "actores", portadores de conhecimentos de um dado contexto, que pudessem acrescer e complementar as nossas observações. Tentámos assim seleccionar informantes que

participassem em mais que uma das "parcerias" observadas, o que não foi possível alcançar na totalidade.

Na recolha dos dados utilizaram-se "estratégias múltiplas" onde, para além da observação-participante e análise documental, foi aplicada aos nossos informantes uma "entrevista semi-directiva" na medida em que foi considerada como a mais adequada pois para além de assegurar o aprofundamento do tema ela contribuiu para contrariar determinados enviesamentos com origem na observação participante. Isto porque, tal como é referido por Michelle Lessard-Hébert (1994), "...a entrevista permite ao observador participante confrontar a sua percepção do «significado» atribuído pelos sujeitos aos acontecimentos com aquela que os próprios sujeitos exprimem".

Desse modo, foi decidido apresentar os dados recolhidos segundo duas dimensões: a primeira, que congrega os dados recolhidos da nossa observação com os da análise documental; a segunda, que apresenta os dados retirados das entrevistas feitas aos informantes-chave.

A partir desta organização foi realizada a discussão teórico-conceitual e, foi apresentado um conjunto de resultados a partir dos quais se equacionou um conjunto de hipóteses principais e secundárias, das quais se destaca um "modelo de parceria", que recriado e construído com alguma dose de voluntarismo, pode assegurar o desenvolvimento de projectos e acções de desenvolvimento local que tenham como fim assegurar um desenvolvimento duradouro e sustentado.

1. Breve enquadramento teórico

1.1. Paradigmas do Desenvolvimento

As práticas de "parcerias", que têm surgido nas últimas décadas, entre os sectores público, privado e solidário, não estão afastadas, antes pelo contrário, da evolução que têm marcado as teorias do desenvolvimento.

Desse modo o nosso estudo não podia deixar de relevar os paradigmas que têm marcado nos últimos 50 anos a problemática do desenvolvimento, os quais embora hoje assumidamente complementares, traduzem duas visões opostas quanto aos modelos de desenvolvimento que propõem.

Com efeito o paradigma funcionalista, identificado com "a difusão espacial do desenvolvimento", que emergiu após a 2.^a Guerra Mundial e que teve em Mark Blaug; Von Thünen; Alfred Weber; Gunar Torqvist; Paul Claval e Mário Polése, entre outros, dos seus principais teóricos, acolhe no seu seio, como conceitos dominantes, o

"crescimento polarizado" e os modelos de tipo "centro-periferia". Quanto ao paradigma territorialista fundado na "integração territorial do desenvolvimento" e que emerge a partir de estudos relacionados com o desenvolvimento regional que ocorrem em paralelo com a crise dos modelos funcionalistas, tem em Friedmann e Weaver (1979); Pecqueur (1987); Henriques (1990), Greffe et al, (1986), e ainda Stöhr e Taylor (1981) alguns dos seus principais autores.

Como já afirmámos qualquer um destes "paradigmas" encerra em si uma abordagem de partida diametralmente oposta, já que o primeiro vê o desenvolvimento de "cima para baixo" e faz do crescimento económico continuado, a determinante de todo o processo sem se preocupar com os recursos endógenos e em particular com os recursos humanos, enquanto o segundo não dispensando esse crescimento, que surge como "instrumento" do próprio processo de desenvolvimento, tem como construção interna as variáveis "espaço" e "recursos mobilizáveis" e desse modo tem como pressuposto de base, na opinião Fernandes de Matos (1998), "...que para promover o desenvolvimento e a satisfação das necessidades básicas das populações é indispensável a mobilização do «potencial endógeno» das diferentes regiões...", ou seja a mobilização dos recursos naturais, humanos e institucionais locais.

Podemos então afirmar que na perspectiva deste paradigma não só o desenvolvimento deve ser desencadeado ao nível das mais pequenas unidades territoriais, sendo indispensável, tal como referimos, que os impulsos surjam de "baixo para cima", passando do nível local, para o nível regional até ao nível nacional, como deverá ser assegurado que a população possa participar nas decisões político-administrativas que intervêm no processo de desenvolvimento, de forma a proporcionar não só a igualdade de oportunidades como também o "*empowerment*".

Ou seja, apesar das divergências conceptuais entre estes dois paradigmas, defende-se actualmente, e no quadro do processo de globalização em curso, que no âmbito do desenvolvimento regional não devem ser considerados isoladamente e sim em articulação.

1.2. O Desenvolvimento, Planeamento e Parceria

É neste quadro de abordagem dos processos de desenvolvimento que importa igualmente traduzir o percurso do conceito de Desenvolvimento para neste âmbito se poder traduzir uma parte da "fileira" onde se inclui o Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável onde não são dispensáveis os conceitos de Planeamento e Parceria.

Diremos que segundo Simões Lopes (1995), o Desenvolvimento em termos genéricos “... pressupõe progresso social no sentido de uma sociedade melhor; quer dizer (...) o desenvolvimento pressupõe alcance de fins que transcendem o económico, que servem a justiça, ou a independência, ou a cultura, ou mais sinteticamente a qualidade da vida, a felicidade” (Lopes, 1995: 142). Desta forma, Simões Lopes afirma que o crescimento é indispensável ao desenvolvimento mas não se identifica com ele, pois o desenvolvimento “... pressupõe ainda harmonia e continuidade com que o crescimento não se preocupa...”. Portanto, o crescimento é fundamental para o desenvolvimento, mas apenas como meio ou instrumento ao seu serviço e nunca como objectivo em si.

Relativamente ao conceito de Desenvolvimento Regional, um outro nível territorial de desenvolvimento, pode ser definido como “crescimento económico e alterações culturais e sociais numa região específica ou num sistema de regiões a nível nacional...” (Santos, 1997, Anexo I: 9). Para Bento Rosado (1997), o desenvolvimento regional não é “...o resultado de uma construção teórica ou académica do conceito de desenvolvimento; é uma necessidade verificada e real provada pelas consequências de uma prática política, implementada ao longo de muitas décadas, fundamentada em princípios desenvolvimentistas e ignorando ou abusando das características e potencialidades do território” (Rosado, 1997: 13). Ainda segundo o mesmo autor, “...desenvolvimento regional tem, igualmente, que ser entendido como uma forma de gerir, mais eficazmente, os factores do desenvolvimento, tanto na óptica da optimização dos recursos como na garantia de uma maior participação dos diferentes actores. Por outro lado, deve procurar soluções para os problemas criados pela dinâmica da economia global, especialmente no que diz respeito à atenuação dos, cada vez mais, evidentes desequilíbrios espaciais” (Rosado, 1997: 15).

Quanto ao conceito de *Desenvolvimento Local* consiste, segundo Roque Amaro num “...processo de mudança centrado numa comunidade que parte da constatação de que há necessidades por satisfazer, necessidades não satisfeitas, necessidades básicas...” (Amaro, 2000: 48). Para este autor, o desenvolvimento local parte sempre de uma ameaça à qual se procura dar resposta através da mobilização dos recursos locais, parte das capacidades locais para solucionar os problemas das populações, apostando numa lógica de participação, cidadania e democracia. É claro que, para o autor, neste processo de desenvolvimento local é também necessário recorrer às capacidades exógenas, que tanto podem ser recursos financeiros da comunidade como recursos técnicos. O que importa salientar é que estes recursos exógenos servem “... não para inibir ou substituir

os recursos locais, mas para os fertilizar, para os ajudar porque a dinâmica fundamental está na semente, nas capacidades locais” (Amaro, 2000: 48). Assim, o desenvolvimento local é, por definição, ”... integrado e multidimensional, porque está no quotidiano, o que implica e exige o trabalho em parceria” (Amaro, 2000: 48).

Uma outra questão relativa ao desenvolvimento local e que é importante realçar, prende-se com o investimento na reanimação das capacidades locais. Este é um dos elementos fundamentais do desenvolvimento local. O reforço das capacidades locais é, frequentemente, um esforço de parceria entre agentes “vindos de fora” e agentes locais de uma determinada zona. O desenvolvimento local reforça, por isso, os laços de cooperação entre agentes locais e externos, sendo o resultado das práticas desses agentes.

Ao longo dos já mais de 40 anos de percurso, o Desenvolvimento tem vindo a integrar sucessivamente “...um número crescente de componentes fundamentais, nomeadamente, a económica, a social, a ética, a cultural, a política, a espacial, a ambiental, a institucional. Também o espaço geográfico, distinto do espaço económico, vai ser encarado como uma das componentes do Desenvolvimento, servindo de suporte a todas as outras componentes que nele encontram campo único de aplicação comum; por último, e assumindo a maior relevância, o conceito Ambiente. Este constituirá a última grande ideia-força a integrar, de um ponto de vista conceptual, o conceito de Desenvolvimento” (Machado, 2000: 63).

Assim, a noção de *Desenvolvimento Sustentável* é hoje considerada o aperfeiçoamento máximo a que chegou o conceito de Desenvolvimento já que, segundo João Machado (2000), “...é o desenvolvimento que resolve as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras encontrarem resposta para as suas próprias necessidades” (Machado, 2000: 86).

O *Desenvolvimento* preocupa-se portanto não só com a medição da quantidade global de bens e serviços produzidos, mas também com os aspectos qualitativos, com o grau de evolução social e com a melhoria das condições de vida das pessoas. Hoje o desenvolvimento inclui em muito preocupações com as questões do ambiente e da qualidade de vida e é, por isso, um desenvolvimento sustentável, integrado e local onde a população e os agentes de desenvolvimento local assumem um papel cada vez mais proeminente.

Como se pode depreender de tudo o que até ao momento viemos dizendo, o "desenvolvimento" implica ter-se que "definir políticas" e para as implementar são necessários "planos".

Podemos então dizer que Para Simões Lopes (1995) as razões principais que "...justificam a necessidade da formulação e implementação...dos planos" prendem-se, segundo ele, com a existência de "regiões-problema" e na "necessidade de dar concertação e eficiência às acções de política global e política sectorial e de criar uma base espacial integradora para as próprias acções da política urbana...".

Ou seja, "...importa dar unidade às diversas intervenções, frequentemente tomadas de maneira isolada, como acontece com os chamados *planeamento físico e planeamento económico* ...", já que "...a base regional, a problemática regional concreta forçam..., segundo o autor, "...a essa integração, justificando a necessidade da política e do planeamento regional" (Lopes, 1995: 273).

É partindo destas premissas, quanto à importância do **Planeamento** nos processos de desenvolvimento, que Simões Lopes nos releva a importância do facto de, as "regiões ao serem sujeitos de planeamento, pressupor-se à partida a necessidade do ...envolvimento e da participação das populações no processo, desde a sua fase de concepção às de implantação e controlo...". O que, "...suscita no entanto questões de coordenação e mesmo de integração de políticas e de escalas cuja finalidade não deve ser negligenciada...procurando-se ter em conta todos os aspectos da complexidade real numa concepção de sistema...".

Isabel Guerra (2000), diz-nos então, que "...hoje todos os países praticam o planeamento e, de uma forma ou de outra, a planificação tem vindo a cobrir áreas cada vez mais vastas da realidade social". Isto porque, centrando-se inicialmente na esfera económica, vai desembocar num planeamento cada vez mais territorializado, surgindo como consequência de tal evolução o «planeamento integrado» que tinha não só que considerar as "...dimensões económicas mas também as dimensões sociais, culturais, ambientais, etc...".(Guerra, 2000: 109)

A propósito do "planeamento social", refere a autora que "...o processo de planeamento tem sofrido ao longo do tempo diversas adaptações e a forma como ele se coloca na «esfera social» distingue-o hoje, da sua utilização formal ao nível da economia ou de outros sectores de actividade. As principais distinções relacionam-se com a necessária interactividade das etapas de planeamento que advém, em larga medida, da presença dos actores diversos, com expectativas, interesses e recursos face à problemática da

intervenção”. Assim, é mais correcto utilizar o “conceito de «metodologia participativa de projecto» para denominar a metodologia de planeamento na área da intervenção social”. Isto porque, “...a passagem do planeamento à metodologia de projecto constitui uma profunda viragem nas concepções de planeamento, introduzindo a flexibilidade necessária à condução do processo de mudança social e à inclusão das dimensões da acção colectiva” (Guerra, 2000: 113-114)

João Machado (2000), reforça esta perspectiva ao apontar para a necessidade de se assegurar a informação e a participação nos processos de Planeamento, no quadro das contradições emergentes em consequência dos fenómenos da globalização.

Ora não querendo de maneira alguma fazer teorização sobre os processos de participação diremos tão sómente, antes de abordarmos o conceito de "parceria", que segundo Carlos Silva (2001), “...nas sociedades do mundo ocidental, a participação é um valor social e um modelo ideal para a tomada de decisão democrática sobre todos os aspectos da vida colectiva, razão pela qual se considera que todas as organizações sociais, económicas e políticas, incluindo a família, a escola, os locais de trabalho e as instituições políticas, devem adoptar na prática a democracia participativa para a gestão de todas as suas actividades...” (Silva, 2001: 38-39).

Partindo então deste pressuposto como podem ser entendidas teoricamente as "*Parcerias*"?. Para Isabel Guerra (2000), que faz a distinção entre parceria e parceria, “...a passagem da noção de participação à noção de parceria, sendo um corolário da passagem de integração à inserção, remete, sobretudo, para a criação de novas redes de comunicação e repartição de responsabilidades (direitos e deveres) entre os cidadãos e as suas administrações...” (Guerra, 2000: 100)

Ou seja, “o parceria” distancia-se da concepção de poder tradicional, visto que as pessoas que o exercem fazem-no...sem preocupação com os seus lugares hierárquicos...”. Trata-se de criar estruturas funcionais geradas em função de um projecto comum...que permite a reunião de pessoas...e de instituições muito diversas e não há separação entre os que decidem (os políticos), os que executam (os técnicos) e os que recebem (os cidadãos) (Guerra, 2000:101)

Na noção de parceria, seja qual for o seu âmbito e ângulo de interpretação, “...estão presentes duas condições de estabelecimento do parceria: o acordo expresse e a existência de objectivos comuns. Para que estas duas condições se estabeleçam é necessário o reconhecimento pelos parceiros da sua complementaridade, num contexto de conservação da função específica de cada um, bem como a necessidade de consenso

sobre os objectivos e meios, independentemente de possíveis benefícios, assim como de divergências sobre outros domínios de actividade.

Já quanto à noção de “parceria”², diz a autora, que ela encerra “...três elementos que devem ser retidos para a definição analítica e fecunda do conceito ...”

Para ela, “...trata-se de um processo de elaboração e de aplicação de estratégias económicas e sociais. Esse processo é voluntário, já que ninguém está obrigado nem lhe é imposta a presença por qualquer autoridade. É um processo decisional que implica algum poder de execução”. (Guerra, 2000: 104)

Sendo o nosso objecto de estudo verificar, a importância, o papel e o contributo que os processos de "parceria/partenariado" podem assumir para assegurarem a "participação" das populações, "actores" e "agentes locais", públicos e privados, no desenvolvimento integrado e sustentável dos territórios, procuramos observar as práticas ocorridas no Concelho de Vendas Novas e verificar em que medida essas acções concertadas podem assegurar não só o envolvimento dos diferentes "actores" públicos e privados como contribuir para o desenvolvimento local

2. Contexto e Práticas de Parcerias em Vendas Novas

O concelho de Vendas Novas, Distrito de Évora, situa-se a Oeste do Alentejo Central, numa zona de transição entre a Região do Alentejo e do Vale do Tejo, perto dos grandes eixos rodoviários, nomeadamente A6/IP7, ligação Lisboa - Madrid, e A13 (que liga o Algarve ao Norte, via Santarém) que o atravessam, melhorando-se assim a sua proximidade quer à Área Metropolitana de Lisboa (AML), a Espanha quer ainda às ligações a norte e sul de Portugal.

A localização de Vendas Novas num dos mais importantes eixos rodoviários transversais do país e beneficiando ainda da sua proximidade à Área Metropolitana de Lisboa e em particular à Península de Setúbal, tem vindo a permitir um importante processo de reformulação da sua base económica.

Esta situação associada à decisão da Câmara Municipal de desenvolver o Parque Industrial em “parceria” com empresários privados criou uma dinâmica de crescimento

² A definição de "Parceria" está etimologicamente associada ao "regime jurídico rural, onde trabalhar em parceria significa em regime de trabalho de partilha do produto agrícola entre o trabalhador e o proprietário" (Rodrigues e Stoer, 1998: 5). No entanto segundo o Dicionário Enciclopédico de Língua Portuguesa, é entendida a "parceria" como a "reunião de indivíduos para um fim de interesse comum...uma sociedade..." (Publicações Alfa, 1992)

e desenvolvimento que é hoje reconhecida como um caso de sucesso, experiência esta associada a outras também relevantes e que implicam as noções de participação e partenariado.

Relembre-se que, como é referido por Isabel Guerra (2000), as "experiências de participação e de partenariado correspondem não só a procura de novas formas de democraticidade e de regulação social como...respondem também às exigências ligadas à crise e a problemas financeiros do Estado" (Guerra, 2000: 105).

Com efeito, se atentarmos aos fundamentos e justificações, para a emergência da primeira "parceria/partenariado", enquanto tal, que ocorreu nos inícios da década dos anos noventa em Vendas Novas, e que motivou a constituição da Sociedade do Parque Industrial (SPIVN) e de outras parcerias, verificamos que uma das principais razões apresentadas pela Câmara Municipal³, foi a ausência de meios financeiros suficientes para levar por diante a criação e desenvolvimento do Parque Industrial.

Decorridos treze anos da criação da Sociedade do Parque Industrial, (em 24 de Junho de 1993), e do surgimento, ao longo da década, de novos espaços de cooperação em torno de outros projectos e iniciativas onde Câmara Municipal vem participando e dando necessariamente o seu apoio e contributo, consideramos, em conformidade como os objectivos da nossa investigação, relevar e inventariar as "parcerias/partenariados" existentes no território e verificar em que medida estes "espaços de participação" podem ser tidos como factores estratégicos no quadro do modelo de desenvolvimento territorialista, que segundo Domingos Santos (2002), apela "...à participação alargada e estruturada do colectivo de actores...", a um maior "...grau de autonomia decisional das comunidades locais/regionais..." e a um acentuar do "...papel dialogante das suas instituições e formas de governância que compaginam factores-chave na edificação deste paradigma" (D.Santos, 2002: 221).

Portanto, em Vendas Novas, após a criação da "parceria", entre a Câmara Municipal e 14 empresários, que levou à constituição da Sociedade do Parque Industrial com um capital social de 120 mil contos, surgiram outros espaços de "cooperação e mediação", onde igualmente a presença da Câmara Municipal se verifica.

Com efeito, em 1997 surge, na sequência da implementação em Portugal (em 1996), do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), a Comissão Local do RMG. Nesse mesmo ano, com a liderança da Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas, inicia-se o Projecto de

³ Estávamos em 1992.

Intervenção Comunitária (PIC) no âmbito do Programa de Luta contra a Pobreza (PLCP), que vem a terminar em 2000. Em 1998, por proposta e decisão da Câmara inicia-se o processo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas (PEDVN), que institui o Gabinete do Plano que tem a missão de ajudar a concretizar, até 2010, os programas, projectos, actividades e acções contidos no Plano. Em 1999, com o apoio e participação da Câmara Municipal associada a um grupo de cidadãos e empresários, constitui-se a "Vendas Novas, Porta do Alentejo - Associação de Desenvolvimento Local". No âmbito do Programa Comunitário EQUAL, por iniciativa da Associação de Desenvolvimento Local, em parceria com a Autarquia e com o Inovinter - Centro de Formação e Inovação Tecnológica, promove-se um novo partenariado com o objectivo de candidatar o projecto "De Igual para Igual - ADERE - Apoiar o Desenvolvimento, Empreender para Reforçar o Emprego" ao respectivo Programa, que é aprovado, alargando-se⁴ esta "parceria" a outras entidades locais e nacionais para a concretização da iniciativa. Estamos em finais de 2001. Por fim, a Câmara Municipal assume, igualmente em 2001, no quadro da legislação em vigor, a liderança de implementação e desenvolvimento da REDE SOCIAL.

Quadro 1
Evolução das Parcerias em Vendas Novas

Ano	1993		1997		1999		2000		2003		2006		
	VS	VA	VS	VA	VS	VA	VS	VA	VS	VA	VS	VA	
SIPVN	1	1											→
RMG			1	2									→
PIC-PLCP			1	3				→					
PEDVN					1	4							→
ADL							1	5					→
ADERE									1	5			→
REDE SOCIAL									1	6			→
Total	1	1	2	3	1	4	1	5	2	6	-		6

Fonte: Fichas de Caracterização das Parcerias (2002) - VS: valores simples; VA: valores acumulados

As "parcerias/partenariados" que acabamos de enunciar, pela sua adequabilidade face aos problemas que visam dar resposta, pela sua pertinência, quanto ao modelo de actuação e número de "parceiros" envolvidos, pela sua viabilidade quanto às condições

⁴ Com efeito a "parceria" foi constituída inicialmente por 3 entidades que apresentaram a candidatura e durante a Acção 1 alargou-se a mais três novas organizações.

reais face à realidade territorial e pela sua eficiência, eficácia e equidade quanto aos impactos que têm vindo a gerar, mereceram a nossa observação.

Apresentamos seguidamente sobre uma das "parcerias", anteriormente enunciadas, a avaliação de carácter empírico/qualitativa, utilizando-se para o efeito uma adaptação feita à "Grelha analítica para avaliação do Projecto" construída por Isabel Guerra (2000), tendo como método e técnicas de recolha de dados: as informações retiradas, no âmbito das "entrevistas exploratórias", aos "actores locais", a investigação documental e a nossa observação/participante.

Assim, a título meramente exemplificativo deixamos a Ficha da Parceria do projecto Equal ADERE, cujas informações contidas correspondem a Dezembro de 2002.

Quadro 2 Ficha de Parceria/Partenariado

1. Nome: "De Igual para Igual - ADERE" - Apoiar o Desenvolvimento Empreender para Reforçar o Emprego	2. Localização: Parque Industrial - Edifício Copenhague - Vendas Novas (Delegação do INOVINTER - Centro de Formação e Inovação Tecnológica)
3. Âmbito: Concelho de Vendas Novas: Freguesias de Vendas Novas e de Landeira (Acções 1 e 2) Multi-localizado (Vendas Novas; Moura; Distrito de Évora e Zona Norte de Portugal, durante a Acção 3)	4. Enquadramento Legal: Comunicação da Comissão Europeia aos Estados Membros que estabelece o EQUAL - JO, C 127 de 5.5.2000 (ver no GUIA)
5. Origens: Por iniciativa da "Vendas Novas, Porta do Alentejo - ADL" o Projecto "ADERE" foi sendo construído com o envolvimento de vários "parceiros", que foram sendo ouvidos individualmente quer em reuniões plenárias realizadas para o efeito. Foi criado um Grupo de Trabalho constituído pela ADL; Junta de Freguesia de Vendas Novas; INOVINTER e Câmara Municipal que preparou a candidatura do Projecto ao PIC EQUAL - Acção 1 que decorreu durante 6 meses (Nov. 2001.-Abril 2002). No final fez-se nova candidatura, à Acção 2 a qual decorreu por um período de 24 meses com início em 20 de Setembro de 2002 e Fim em Agosto de 2004, na sequência da qual teve lugar durante um ano (de Abril de 2005 a Abril de 2006), a fase de disseminação dos produtos que foram sujeitos a validação no final da Acção 2.	
6. Objectivos: Para Acção 1 a "parceria" foi constituída por 3 entidades: CMVN: "ADL" e INOVINTER. A finalidade era: Elaborar o Diagnóstico de Necessidades; Consolidar e Alargar a "Parceria de Desenvolvimento (PD)" e constituir o "Partenariado Transnacional" através de Acordo de Cooperação Transnacional (ACT". Para a Acção 2 a "parceria" foi alargada a mais 3 entidades: ADRAL, SPIVN; ANJE e os objectivos do Projecto incluem-se na Prioridade "Espírito Empresarial": Criação de Empresas e Desenvolvimento Local. Na Acção 3 (fase de disseminação) teve lugar uma alteração na composição da parceria, pois saíram o SPIVN e a ANJE e entraram a Trilho, a AMDE, o MARP e a Comoiprel. Para a Acção 3 foram definidos os seguintes objectivos: a) Envolver os beneficiários reais do projecto nas actividades de disseminação; b) Alargar o âmbito do projecto - que na acção 2 se encontrava praticamente restringido ao Concelho de Vendas Novas, e que nesta acção 3 se perspectiva alargado aos distrito de Évora e Beja, bem como ao Norte do país, através da MARP e do Inovinter, c) Reforçar a dimensão de igualdade de oportunidades no projecto, quer através do tipo de actividades a desenvolver, quer através da selecção de formandos e participantes nos eventos a organizar; d) Desenvolver um conjunto integrado de actividades de disseminação de carácter inovador - disseminação activa. Devido às suas características, a Acção 3 exigiu uma reordenação da parceria, tendo saído a ANJE e a SPVIN e, entrado 4 novos parceiros: a ADL Trilho (Évora), a AMDE (Évora); a Régie cooperativa Comoiprel (Moura) e o MARP (Porto)	

continua

7. Liderança:	8. Composição da Parceria:
<p>INOVINTER - Centro de Formação e Inovação Tecnológica (entidade interlocutora)</p> <p>Nota: No Plano Transnacional, durante a Acção 2, o projecto "TERRA SUD" foi liderado pelo ACTE/GENESIS - França</p>	<p>Durante a Acção 2 a parceria foi constituída pelas seguintes entidades: Câmara Municipal de Vendas Novas; Vendas Novas, Porta do Alentejo - ADL; Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas; ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo - SARL; ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários.</p> <p>Nota: O "partenariado transnacional" foi constituído por: ADERE - Portugal; ACTE/GENESIS-França ; MICRO-Espanha; CALA- Itália</p> <p>Durante a Acção 3, a parceria encarregue de dar cumprimento aos objectivos traçados ficou então constituída pelas seguintes entidades: Câmara Municipal de Vendas Novas; Vendas Novas, Porta do Alentejo - ADL; ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo - SARL; ADL Trilho, AMDE; Régie cooperativa Comoiprel (Moura) e MARP (Porto).</p>
9. Funcionamento:	
<p>Durante as Acções 1 e 2 Existe funcionou uma Coordenadora Geral do Projecto (INOVINTER) e uma "Equipa Técnica" constituída por 1 técnico de cada entidade parceira que reúnem 1 vez de 2 em 2 meses e a Coordenação reúne com cada "parceiro" sempre que necessário; Cada Parceiro é responsável por um conjunto de actividades (isoladamente e/ou em articulação com outro membro da parceria) e tem um orçamento próprio para o desenvolvimento dessas actividades. Cada parceiro presta contas mensais da sua actividade e envias até ao dia 5 de cada mês ao INOVINTER que tem a Gestão Financeira e Física do Projecto e introduz os respectivos dados na DMD (base de dados) do EQUAL que as confirma fazendo as transferências financeiras para a entidade interlocutora e esta para os "parceiros". Há a Comissão de Acompanhamento que reúne 2 vezes por ano e é constituída pelas entidades mais responsáveis de cada entidade que te como finalidade o acompanhamento político e dirimir algumas dificuldades e definir estratégias. Existe ainda uma Comissão de Avaliação, Departamento de Sociologia da Universidade de Évora.</p> <p>Durante a Acção 3, as Actividades para disseminação dos produtos foram concretizadas por uma Comissão de Acompanhamento e pelos três seguintes grupos de trabalho (Marketing, Adaptação dos RTPs e Guias e, Conteúdos para a formação).</p>	
10. Desenvolvimento do processo:	
<p>Após o fim da Acção 1 procedeu-se à candidatura do Projecto à Acção 2 tendo sido aprovadas todas as actividades. Em 20 de Setembro deu-se início às actividades. Dia 21 de Setembro fez-se a apresentação pública em Vendas Novas; No âmbito do ACT realizaram-se 2 reuniões do "partenariado transnacional": Paris e Nápoles; no dia 19 de Novembro realizou-se o Seminário "Empreendedorismo e Desenvolvimento" em Vendas Novas promovido pela ADL. Durante o mês de Janeiro foi feita a reprogramação das actividades e do Orçamento em virtude do atraso na aprovação dos Projectos. Estão-se a desenvolver os Estudos: "Áreas de grande potencial empresarial e viabilidade de novas actividades a serem promovidas pelas MPE e pelas Organizações de Economia Social na área de serviços de proximidade de apoio à comunidade" - ADRAL e ANJE. A Inovinter prepara as Acções de Formação tendo realizado reuniões com as entidades beneficiárias. Este trabalho culminou na criação dos seguintes produtos: Produto 1 – Recurso Técnico- Pedagógico – Promoção do Empreendedorismo e Criação de MPE's – através de uma solução formativa; Produto 2 – Guia de Boas Práticas para a Gestão e Modernização de MPE's; Produto 3 – Guia de Boas Práticas sobre Cooperação Interinstitucional – Rede Telesolidária e, Produto 4 – Recurso Técnico-Pedagógico – Guia Metodológico de apoio ao reforço de competências e modernização dos agentes de desenvolvimento local</p> <p>Na sequência da Acção 2 e conforme referido acima, teve lugar a candidatura à Acção 3, durante a qual se procedeu, como se disse, à disseminação dos produtos elaborados na fase 2. Os produtos foram divulgados conjuntamente, incluídos num designado "Kit de apoio à criação de empresas e desenvolvimento local".</p>	

11. Avaliação					
ACÇÃO 2			ACÇÃO 3		
Dimensões	Conclusão	Fonte(s)	Dimensões	Conclusão	Fonte(s)
Adequação/ /Pertinência	Confirmada	Relatórios e documentos afins publicados no decurso do projecto Relatório sobre a avaliação final por parte dos agentes do projecto (apresentado em 08/10/04)	Aceitação	Muito satisfatória, tendo fundamentalmente por base as opiniões dos participantes nas Jornadas de Portas Abertas e Comunidades de Práticas	Avaliação de iniciativas realizadas para disseminação dos produtos do projecto ADERE
Coerência	Confirmada	Relatório sobre a avaliação final por parte dos agentes do projecto (apresentado em 08/10/04)	Adesão	Muito satisfatória no que se refere ao empenho dos agentes, representantes das entidades parceiras. Pouco satisfatória no que se concerne ao número de entidades que acederam ao convite para participarem nas Jornadas e nas Comunidades de Práticas.	Avaliação de iniciativas realizadas para disseminação dos produtos do projecto ADERE
Eficácia	Comprovada	Relatórios e documentos afins publicados no decurso do projecto Relatório sobre a avaliação final por parte dos agentes do projecto (apresentado em 08/10/04)	Eficácia	Satisfatória devido ao grau de consecução dos objectivos e de realização das actividades, conforme relato dos agentes do projecto.	Relatório do 1º e 2º momentos de Avaliação e dos Balanços de Competências
Eficiência	Comprovada	Relatórios e documentos afins publicados no decurso do projecto Relatório sobre a avaliação final por parte dos agentes do projecto (apresentado em 08/10/04)	Eficiência	Muito satisfatória, devido à realização de todas as actividades previstas com o orçamento disponibilizado pelo Gabinete de Gestão Equal, conforme também relato dos agentes do projecto.	Relatório do 1º e 2º momentos de Avaliação e dos Balanços de Competências
Equidade	Comprovada	Relatório sobre a avaliação final por parte dos agentes do projecto (apresentado em 08/10/04)	Pertinência e Efectividade	Muito satisfatória, conforme opinião dos participantes nas Jornadas e nas Comunidades de Práticas	Avaliação de iniciativas realizadas para disseminação dos produtos do projecto ADERE
Efectividade	Comprovada	Relatórios e documentos afins publicados no decurso do projecto Relatórios sobre a validação dos produtos propostos (apresentados em 08/10/2004) Relatório sobre a avaliação final por parte dos agentes do projecto (apresentado em 08/10/04)	Sistema de Gestão e Acompanhamento	Satisfatório, tendo sido afectado pela reduzida participação dos dirigentes das entidades parceiras que, devido ao facto da sobrecarga que os onerou não lhes permitiu comparecer na maior parte das reuniões de coordenação.	Relatório do 1º e 2º momentos de Avaliação e dos Balanços de Competências

Fonte do tópico 11: Relatórios de Avaliação da Acção2 e da Acção 3 do projecto ADERE

Para além destas inferências, o processo de avaliação permitiu em momentos intermédios (a meio da Acção 2 e a meio da Acção 3), conhecer os aspectos mais positivos e menos positivos do projecto, em função dos quais foram emitidas pela

equipa de avaliação as considerações e sugestões adequadas, com vista a que fosse obtido o sucesso desejado.

Possibilitou ainda comprovar o mérito global do projecto, decorrente do trabalho realizado ao longo de quatro anos da respectiva vigência e, refira-se também, o contributo da parceria para este resultado final. Quer na Acção 2 quer na Acção 3 foi mesmo um dos tópicos mais valorizados pelos agentes do projecto.

3. Resultados

Dos dados traduzidos, para o corpo do estudo, apresentamos parte das problemáticas e observações que nos merecem mais relevância face aos objectivos da investigação.

Para uma melhor sistematização, dividimos a apresentação dos resultados em duas partes:

Primeira, dedicada à caracterização, análise e avaliação dos impactos da actuação das "parcerias" observadas, tendo por referência os dados obtidos e constantes nos dois primeiros pontos do último capítulo;

Segunda, dedicada à identificação das opiniões dos "informantes-chave", que constam no ponto terceiro, do capítulo dedicado à apresentação da informação provocada, evidenciando-se os aspectos consensuais e dissonantes, confrontando-os com os objectivos e finalidades da investigação.

3.1. Da nossa observação-participante à investigação e análise documental: os resultados mais pertinentes sobre as "parcerias" em Vendas Novas

- As "parcerias" constituídas em Vendas Novas, ao longo do período em análise, para além de procurarem responder aos objectivos para que foram constituídas, visam, na sua grande maioria, pelas suas práticas e formas organizativas, desenvolver acções locais que se podem configurar como novas formas de democraticidade e de regulação social;
- Os modelos de "parceria" do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PEDVN); do Projecto "De Igual para Igual - ADERE" e da Rede Social, aparecem como os mais inovadores;
- A "parceria", constituída em torno do Parque Industrial de Vendas Novas, associação da Câmara Municipal com Empresários privados, foi a que, pela sua natureza e objecto, até ao momento maiores impactos produziu tanto no plano

económico com a atracção mais de 50 novas empresas, como no plano social com a criação de mais de 1000 postos de trabalho;

- As "parcerias", do PEDVN, da "REDE SOCIAL" e do Projecto "ADERE" surgem, quanto ao processo, forma de funcionamento e de organização, como as que poderão no futuro assegurar a promoção e desenvolvimento de "uma cultura de parceria";
- A "metodologia participativa", utilizada na elaboração do PEDVN, assegurou a constituição de uma nova "parceria", o Gabinete do Plano, que deverá ser institucionalizado e assumir, de entre outras, a missão de promover novas "parcerias", para assegurar programas e projectos de desenvolvimento no concelho de Vendas Novas;
- O projecto ADERE deixou constituídos um conjunto de produtos (identificados na ficha do projecto) os quais exigiram para sua concretização um empenhado contributo de vários parceiros e que, no futuro continuarão a proporcionar a Vendas Novas os benefícios desta postura colaborativa que se traduz na obtenção de sinergias e efeitos multiplicadores.

3.2. Resultados de uma discussão sobre a importância da "parcerias" para os processos de desenvolvimento local

- A opinião consensual dos nossos "informantes", quanto á decisão da Câmara Municipal em associar-se aos sectores privados para constituir a SPIVN, pode ser interpretada como uma atitude de, pragmatismo (face à necessidade de meios financeiros e know-how); oportunidade (derivada da emergência do Projecto Auto-Europa e da melhoria das acessibilidades); interesse (em continuar a desenvolver uma política de urbanismo e equidade), assegurando, a fixação e atracção da população, a atracção de novas empresas e a criação de novos postos de trabalho;
- Há, no entanto, a opinião, embora não totalmente consensual, de que, sendo "uma posição muito aberta do poder local", ela não se desliga do "...redesenhar do Estado...", na medida em que, "...a atitude das Câmaras Municipais..., é uma resposta à situação adversa que o contexto territorial mais vasto lhes coloca...", pois o que se "...vê é a pressão sobre os escalões locais ... do poder do Estado para entrarem na «parceria público-privado»: "...Não se devendo relacionar os indicadores positivos...." dados pelos Censos 2001, "... a um único factor de base....";
- Ou seja, embora a Câmara tenha tomado uma decisão estratégica, não é a única que justifica a evolução sócio-económica do concelho na última década, pelo que não se

devia "...privilegiar uma perspectiva localista do processo..."quanto ao desenvolvimento verificado;

- Não é displicente, por este facto, chamarmos à discussão a afirmação de Cerqueira (2001) citando Todling (1995), quando refere que "...não devemos ceder à tentação «localista» para a resolução dos problemas de desenvolvimento....já que é ilusório pensar no retorno ao «local» como força exclusiva". Igualmente Domingos Santos (2002), refere, a propósito da apresentação do modelo "iniciativa local", a necessidade de haver uma "articulação local/regional-global", nos processos de desenvolvimento de base territorialista;

- Surgem muitas sugestões e propostas para assegurar a "metodologia participativa" e promover a "cultura de participação/parceria", das quais, se podem destacar as que vão no sentido, de se dever "assegurar a criação de competências, monitorizar e corrigir com a participação dos intervenientes"; de se "institucionalizar o Gabinete do Plano"; ou de, "...o Gabinete do Plano Estratégico promover a atracção de novos investimentos e ser fomentador de novas parcerias...";

- Há no entanto quem, em sentido oposto, tenha reservas quanto ao papel das administrações públicas nestes processos, afirmando mesmo que, "...as nossas administrações não têm capacidade para tomar isto como uma nova linha de cultura democrática e de exercício do Poder";

- Em certa medida, confirmando a necessidade de assegurar a metodologia participativa nos processos de planeamento e desenvolvimento, alguns autores, como João Machado (2000), Isabel Guerra (2000), Jorge Silva (1994), Oliveira das Neves (1996), afirmam que só a criação de mecanismos activos de participação com a presença de diferentes "actores" aparecem como determinantes para a concretização de acções, projectos e soluções institucionais que deverão assegurar essa intervenção;

- No entanto, há opiniões que vão no sentido de uma "boa prática de parceria" poder ser um importante factor para o desenvolvimento de novas "parcerias" ainda que, no sentido oposto, haja quem veja o "...o caminho armadilhado...", pelo que se torna necessário, no âmbito das entidades públicas locais, assegurar "...a consolidação do tecido social e a relação município/municípios deverá apostar na institucionalidade da sociedade civil";

- Quanto às propostas, para a resolução da falta de "sustentabilidade/viabilidade" de algumas "parcerias", elas vão no sentido de se apostar mais nas pessoas e menos nas organizações que, ainda assim, deviam fazer reflectir no seu interior, "*in door*", a

"conjugação de saberes" retirados das "práticas de parceria", assim como no "incremento de desenvolvimento organizacional ao nível da tomada de decisões, coordenação, acompanhamento e circuitos de comunicação";

- Numa visão não coincidente, há quem diga, no sentido de justificar a emergência das parcerias, que estas surgem em paralelo com a mercantilização da sociedade, aparecendo "...o fenómeno de coordenação e de articulação de entidades que estão, na sua origem, fragmentadas...";

- Para esta tese, "...a alteração do carácter regulador do Estado", está na origem do aparecimento das "parcerias". No entanto, este informante refere que um dos factores positivos, no âmbito da "metodologia participativa", utilizada no PEDVN foi que os diferentes parceiros ficaram com uma visão diferente da autarquia e do território;

- Ou seja, os processos que garantem a participação dos "actores" da sociedade civil, tal como refere Carlos Silva (2001), asseguram "...o modelo ideal para a tomada de decisão democrática..., razão pela qual se considera que todas as organizações...devem adoptar na prática a democracia participativa para a gestão das suas actividades";

- Pode-se então dizer face às opiniões dos nossos informantes, que documentam e avaliam positivamente a existência das "parcerias", entre os sector público, privado e solidário, que o contributo que estas poderão dar para o desenvolvimento integrado do Concelho de Vendas Novas confirmam a tese de Fernando Ruivo (2000) e Maria do Rosário Serafim (1999) ao referirem que tais parcerias, com a presença das autarquias locais, podem ter um importante papel na resolução dos problemas sociais e na concretização de projectos de desenvolvimento local cujas intervenções são cada vez mais, qualificadas e qualificantes dos territórios, das organizações e das pessoas.

4. Um modelo de "parceria" que pode assegurar o desenvolvimento sustentável

Tal como referimos anteriormente o facto de estarmos perante um estudo de carácter exploratório levou-nos à construção de um modelo de "parceria" que a ser tido como hipótese a confirmar em futuras investigações poderá assegurar o desenvolvimento sustentável do território.

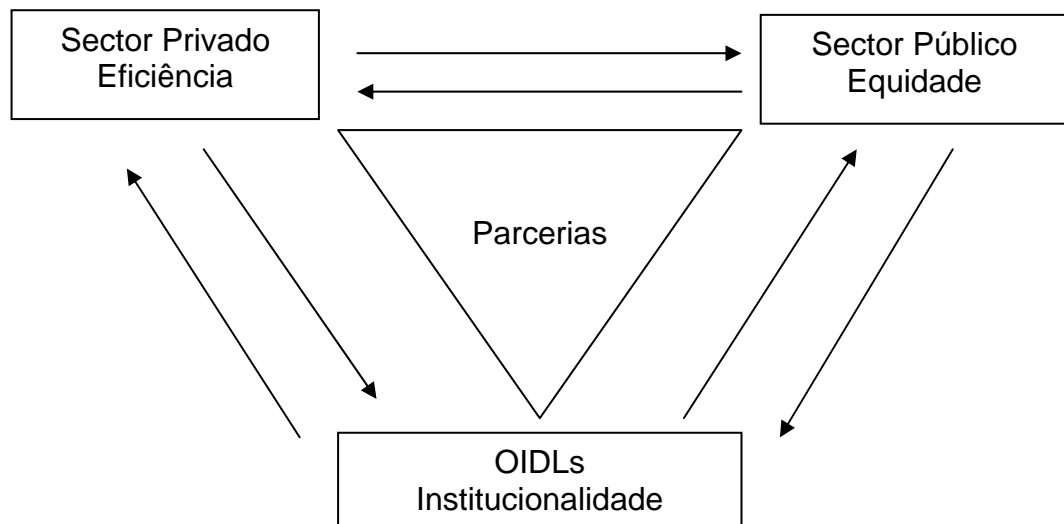
Com feito, afirmamos que a presença dos diferentes "actores" do desenvolvimento local, Sector Privado, Sector Publico e as Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDLs), no interior das Parcerias de Desenvolvimento (PD) tal como são entendidas pela Iniciativa Comunitária EQUAL, poderá ajudar, no quadro

específico e complementar do papel de cada "parceiro", ao desenvolvimento e à concretização de iniciativas de desenvolvimento local.

A cada um dos agentes de desenvolvimento está atribuído uma "missão" não exclusiva no seio da "parceria", podendo e devendo assumir, num quadro de verdadeira "parceria" todas elas de forma integrada.

Desse modo o nosso "modelo de cooperação para o desenvolvimento sustentável" operacionalizado pelo "esquema de acção local das «parcerias/partenariados" assegurará o desenvolvimento local, integrado e sustentável na medida que ao SECTOR PRIVADO está atribuído o papel de garantir EFICIÊNCIA, proporcionando espaços de desenvolvimento económico estáveis, promovendo iniciativas e criando oportunidades num quadro de responsabilidade social; ao SECTOR PÚBLICO LOCAL está atribuído o papel de garantir EQUIDADE assegurando infra-estruturas, necessidades básicas, equipamentos, serviços e desenvolvimento social e cultural; às OIDLs cabe-lhe a missão de garantir INSTITUCIONALIDADE, promovendo a participação, a igualdade de oportunidades, o "empowerment" e a cidadania.

Fig. 1 - Modelo de parceria para o desenvolvimento sustentável



Considerações Finais

Como referimos, o texto que acabamos de produzir procurou, a partir da investigação realizada, traduzir a realidade sobre experiências de "parcerias" entre os sectores

público, privado e solidário que foram surgindo na última década no concelho de Vendas Novas.

A par da experiência de "parceria" desenvolvida em torno do Parque Industrial de Vendas Novas o projecto ADERE veio também contribuir para o alargamento e reforço da cultura de parceria nas vertentes formal e informal, respondendo deste modo a desafios que se colocavam no concelho de Vendas Novas, nomeadamente a criação de sinergias e de efeitos multiplicadores.

Procurámos assim relevar através de vários exemplos a importância das "parcerias" para os processos de desenvolvimento local deixando algumas "pistas" de trabalho, traduzidas num "modelo de parceria para o desenvolvimento sustentável dos territórios", que possam ser confirmadas em futuras investigações.

Desse modo, parece-nos interessante deixar algumas pistas que poderão confirmar ou não o modelo apresentado, bem como a operacionalização proposta para a "construção" e desenvolvimento de parcerias entre os três sectores: Público, Privado e das OIDLs.

Quando hoje tanto se fala da necessidade de assegurar, mais e maior "governança", mais e maior "empreendedorismo"; mais e maior "igualdade entre os géneros", mais e maior "igualdade de oportunidades", mais e maior "responsabilidade social", mais e maior "desenvolvimento sustentável" será que o modelo de desenvolvimento de parcerias tal como veio evoluindo, era capaz de responder aos desafios colocados pelos objectivos precedentes e desse modo assegurar mais "cidadania" e mais "inclusão económica e social"?

Quando hoje tanto se fala para a necessidade, no quadro do novos instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território (PNPOT e PROT) e de preparação do próximo QREN, de serem assegurados objectivos relacionados com a inovação, desenvolvimento tecnológico, competitividade, racionalização e diminuição dos custos de contexto (SIMPLEX E PRACE), como será, no âmbito do modelo de parcerias proposto por nós, o comportamento do sector público, privado e das OIDLs?

Bibliografia

AMARO, Rogério Roque (2000), "O Desenvolvimento Local como Processo de Empowerment". Rota do Guadiana - ADI, *Inserção Social e Desenvolvimento Local - As Pessoas e o Território* -, Serpa, Rota do Guadiana - ADI

BENKO, Georges (1999), *a Ciência Regional*, Oeiras, Celta Editora, Ld.^a

BURGESS, Robert G, (2001), *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora Ld.^a

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS (1992), *Relatório de Actividades de 1992*, Vendas Novas, Câmara Municipal de Vendas Novas

CERQUEIRA, Carlos E. Delgado (2001), *As Parcerias no Desenvolvimento Local: o papel dos agentes de mediação numa abordagem territorial do desenvolvimento*, (tese de mestrado), Coimbra, Universidade de Coimbra

DGDR (2000), *As Infra-Estruturas Produtivas e os Factores de Competitividade das Regiões e Cidades Portuguesas*, Lisboa, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, pp. 362-390

FIDÉLIS, Teresa (2001), *Planeamento Territorial e Ambiente - O caso da envolvimento à Ria de Aveiro*, Cascais, PRINCIPIA, Publicações Universitárias e Científicas

GIL, António Carlos (1991), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, S.Paulo, Atlas, S.A.

GUERRA, Isabel Carvalho (2000), *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção - O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia, Publicações Universitárias e Científicas

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002), "Censos 2001, Resultados Definitivos", in INE, *Destaque: Informação à Comunicação Social, 21 de Outubro de 2002*, www.ine.pt, texto policopiado, 34 pp.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002a), *O País em Números: Informação Estatística 1991-2001*, CD-ROM, Edição 2002, Lisboa, INE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002b), *Anuários Estatísticos Regionais: 1999 - 2000 - 2001*, 2.^a versão, CD-ROM, Lisboa, INE

LESSARD-HÉBERT, Michelle et. al, (1994), *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget

LOPES, A. Simões (1995), *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

MACHADO, João de Azevedo Reis (2000), *A emergência dos Sistemas de Informação Geográfica na análise e Organização do Espaço*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MATOS, A.J. Fernandes de (1998), "O Ordenamento do Território nos Modelos de Desenvolvimento Regional", in V Encontro Nacional da APDR, Coimbra, Universidade de Coimbra

NEVES, António Oliveira das (1996), *Planeamento Estratégico e Ciclo de Vida das Grandes Cidades: Os exemplos de Lisboa e Barcelona*, Oeiras, Celta Editora, Ld.^a

OA - OFICINA DE ARQUITECTURA e INTERSISMET (1999), *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas - 1.ª fase - diagnóstico preliminar*, Vendas Novas, OA - SISMET, (policopiado)

OA - OFICINA DE ARQUITECTURA (2001), *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas*, Vendas Novas, Câmara Municipal de Vendas Novas

PALÁCIOS, Florentino Terrades (2000), "Espanña - Nuevos partenariados locais para la creación de empleo en la Comunidad Valenciana", *Las dinâmicas de concertación y cooperación público-privada en mi territorio*, DELNET , (texto policopiado, Doc.4 - 6/2000)

RUIVO, Fernando (2000), *Poder Local e Exclusão Social - Dois estudos de Caso de Organização Local da Luta contra a Pobreza*, Coimbra, Quarteto Editora

SANTOS, Domingos (2002), "A perspectiva territorialista" in COSTA, José Silva (coord.) *Compêndio de Economia Regional* (218-229), Coimbra, APDR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional

SERAFIM, Maria do Rosário (1999), *Outras mediações Estado/Sociedade - as parcerias no Programa LEADER*, Lisboa, Direcção Geral do Desenvolvimento Rural

SILVA, Carlos (2001), *(Re)Pensar os Paradoxos da Participação Directa e as suas Implicações na Matriz Simbólico-Ideológico da Enfermagem*", (tese de doutoramento), Évora, Universidade de Évora, (texto policopiado), pp. 34-86

SILVA, Jorge (Coord.), et. al (1994), *Guide pour la réalisation des plans stratégiques de développement des villes moyennes*, Lisboa, OA-Oficina de Arquitectura e Câmara Municipal de Évora

TRIPODI, Tony, et al (1975), *Análise da Pesquisa Social*, Livraria Francisco Alves Editora, S.A.

VACHON, Bernard (2001), *El Desarrollo Local - Teoría y Práctica: reintroducir lo humano en la lógica del desarrollo*, Gijón, Ediciones Trea